

DIREITO

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 37

- a) A resposta é negativa. Espera-se seja apresentado, como fundamento principal da resposta, o enquadramento, pela Constituição de 1988 (arts. 1º, 18, 29 e 30), do Município como ente da Federação, gozando de todos os aspectos da autonomia: política, legislativa, administrativa, financeira e, principalmente (novidade do regime de 1988), de auto-organização. A resposta deve conter a idéia de que os entes da Federação não podem alterar, a seu critério, as prerrogativas que lhes são fixadas pela Constituição. Como argumento de reforço, pode-se apontar que a relevância da preservação da Federação no sistema constitucional é evidenciada por dispositivos como art. 34, VII, “c” e art. 60, § 4º, I. **(valor: 4,0 pontos)**
- b) A competência tributária, assim como se passa com as competências constitucionais em geral dos entes da Federação, são indelegáveis, dada a supremacia da Constituição. Essa idéia decorre da manutenção da estrutura e do equilíbrio federativo, decorrentes da Constituição. **(valor: 3,0 pontos)**
- c) Como exemplos, podem ser mencionados os convênios de cooperação e os consórcios públicos, nos termos do art. 241 da Constituição e da Lei nº 11.107/05, lembrando-se que convênios mantêm natureza contratual e os consórcios públicos dão origem a pessoas jurídicas distintas dos entes consorciados; pode também ser mencionada a figura tradicional da concessão de serviços públicos, em relação à qual uma pessoa integrante da Administração pública de um ente federativo pode apresentar-se como concessionário de serviço público de titularidade de outro ente; e ainda pode ser lembrada a previsão do parágrafo único do art. 23 da Constituição. **(valor: 3,0 pontos)**

QUESTÃO 38

- a) Sim, porque a obrigação de prestar contas não se confunde com existência de dívida. Aquele que está obrigado a prestar contas pode inclusive ter crédito. A obrigação de prestar contas é própria do contrato de mandato. **(valor: 3,0 pontos)**
- b) Sim, porque embora não fossem legitimados para a ação de prestação de contas, que se desenvolve em duas fases, são obrigados pela dívida já apurada enquanto era vivo o obrigado a prestar contas. **(valor: 3,0 pontos)**
- c) No que se refere às penas impostas a Antonio, em virtude do princípio da personalidade das penas, elas não serão estendidas aos herdeiros. **(valor: 4,0 pontos)**

QUESTÃO 39

- a) Não, na medida em que o aprendiz é contratado para o ensino de um ofício ou profissão, com carga horária reduzida e condições privilegiadas, possibilitando o exercício do direito à educação que tem, justamente, a qualificação da pessoa para o trabalho como um de seus objetivos. **(valor: 3,0 pontos)**
- b) Sim, pois a Constituição Federal (art. 7º, inc. XXXIII) não permite a contratação de menores de dezoito anos para exercerem trabalho noturno, nem atividade insalubre. **(valor: 4,0 pontos)**
- c) Configurada a violação, em tese estará configurada a Responsabilidade Internacional do Estado Brasileiro. No entanto, os foros internacionais têm sustentado a necessidade de esgotamento dos recursos internos e, portanto, como o Ministério Público tomou a iniciativa de investigar o caso, a responsabilidade internacional deixa de existir, na medida em que afastada a culpa (na modalidade negligência) do Estado brasileiro. **(valor: 3,0 pontos)**

QUESTÃO 40

- a) Sim, o terrorismo representa uma organização em rede de forças de reação à globalização, na medida em que o desmanchar de tradições, culturas, símbolos e demais representações nacionais são abaladas pelo crescente processo de aproximação dos povos. Neste sentido, o terrorismo não reage à globalização somente por motivos políticos, mas também por motivos culturais, religiosos, econômicos e sociais. Sua reação explosiva contra vítimas anônimas, cujas faces se revelam somente após cada ataque pontual, é a característica mais clara desta luta contra um inimigo também anônimo. **(valor: 5,0 pontos)**
- b) Sim, os conflitos existem, na medida que o enrijecimento dos processos de controle de imigração gera tensões nacionais que tornam ambígua a disputa pela inclusão social de imigrantes. Ademais, direitos humanos de primeira geração são cassados dos próprios cidadãos nacionais (direito ao sigilo de correspondência, direito à liberdade de expressão...) em nome da segurança nacional, como mecanismo de contenção da violência e do terrorismo. **(valor: 5,0 pontos)**